

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO

Thiago Brandão Peres

Universidade do Estado do Rio de Janeiro –
UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos –
IESP
Rio de Janeiro – RJ

RESUMO: É digno de nota o poder de persuasão que o tema do empreendedorismo suscita em diferentes grupos políticos, institutos de pesquisa, intelectuais, entidades públicas e privadas. Em certa medida, parecem orientados por uma ética da convicção que os conforma, sem pestanejar, às máximas e jargões das *bussiness schools*. O presente artigo investiga as relações teórico-empíricas entre informalidade e empreendedorismo no Brasil e seus desdobramentos políticos correspondentes. Pretende-se demonstrar que atribuir aos trabalhadores informais o epíteto de empreendedores produz, no plano teórico, uma “torção conceitual”, a qual, i) fornece novas lentes para enxergar retrospectivamente nosso passado ao imputar um suposto “espírito” capitalista original aos trabalhadores pobres e marginalizados que buscavam obter meios de vida em uma sociedade desigual e mercantilizada; ii) justifica nosso presente, ao associar empreendedorismo e crescimento econômico e fazer da trajetória típica de inserção ocupacional no Brasil, marcada pela díade

vulnerabilidade e precariedade, uma trajetória virtuosa; iii) limita nosso futuro, produzindo consenso em torno da necessidade de medidas liberalizantes ao persuadir o imaginário social de que os obstáculos ao empreendedorismo são a alta carga tributária, taxa de juros elevada, leis trabalhistas ultrapassadas, em suma, o jargão “excesso de Estado na economia”.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Trabalhadores. Informalidade. Empreendedorismo.

ABSTRACT: It is noteworthy the power of persuasion that the theme of entrepreneurship arouses in different political groups, research institutes, intellectuals, public and private entities. In a way, they seem guided by an ethics of conviction that conforms them to business schools’ maxims and jargons. This paper investigates the theoretical-empirical relations between informality and entrepreneurship in Brazil and their corresponding political outcomes. It intends to demonstrate that attributing the epithet of entrepreneurs to informal workers produces, on the theoretical level, a “conceptual distortion”, which i) provides new lenses to retrospectively view our past by imputing a supposed original capitalist “spirit” to poor and marginalized workers who sought livelihoods in an unequal and commodified society; ii) justifies our present, by associating entrepreneurship and economic growth and by turning the typical

trajectory of occupational insertion in Brazil, marked by the vulnerability and precarious dyad, into a virtuous trajectory; (iii) limits our future since it produces consensus on the need for liberalizing measures by persuading the social imaginary that the obstacles to entrepreneurship are the high tax burden, high interest rates and outdated labor laws, in short, the jargon “excessive state intervention in the economy”.

KEYWORDS: Work. Workers. Informality. Entrepreneurship.

1 | INTRODUÇÃO

De fato, o empreendedorismo está na ordem do dia. Embora não esteja clara a origem do fervor, Swedberg (2000) data a alavancada dos debates sobre o tema ao redor dos anos 1980. Argumenta que a permanência de sua força discursiva se localiza na interação de uma série de fatores, os quais podem ser resumidos na observada inflexão da orientação político-econômica (do keynesianismo para uma radical ideologia pró-mercado) capitaneada por Thatcher e Reagan nos anos 1979-1980 associado a uma profunda preocupação com o desemprego industrial crescente.

Esse último ponto é importante porque indica, em parte, uma diferença estrutural fundamental na configuração do mercado de trabalho dos países ditos centrais e periféricos quando tratamos de empreendedorismo: a experiência da generalização do assalariamento. No período e nos países que Swedberg sugere o avanço dos debates sobre o tema, o trabalho industrial encolhia a olhos vistos. Dessa forma, empreender se apresentou como solução ao desemprego iminente e corroborou a percepção geral de que a criação de novas empresas proporcionará postos assalariados em quantidade suficiente para todos. Por seu turno, a “escolha” por vias próprias, criativas e voluntárias ou compulsórias é elemento central das oportunidades de vida no Brasil e na América Latina. Em outras palavras, a estrutura socioeconômica latino-americana é incapaz de fornecer posições assalariadas a todos. Portanto, é de se esperar pela “naturalidade” (CARDOSO, 2016) dos projetos e aspirações de trabalhar por conta própria e o trabalho informal figura entre as opções disponíveis.

O objetivo do presente texto é demonstrar que abordar a “naturalidade” supramencionada enquanto empreendedorismo é operar, no plano teórico, uma *distorção conceitual*. Em suas últimas consequências, confere-se aos trabalhadores informais o epíteto de empreendedores, tratando-os como indivíduos imbuídos de um hipotético espírito capitalista incapaz de se realizar plenamente e promover crescimento econômico por conta do excesso de intervencionismo estatal.

2 | INFORMALIDADE: VEREDAS

A literatura especializada sobre a informalidade convencionou associar a origem do termo à Hart (1973), antropólogo inglês que pesquisou as oportunidades de renda e

emprego urbano em um bairro pobre (Accra) de Gana. Em seu estudo, a informalidade, ou como denomina o autor, o setor informal, é o conceito que permite demonstrar como a camada mais pobre da população do país obtém renda (por vias legais ou ilegais) em uma estrutura produtiva incapaz de absorver o contingente populacional que migrava do campo para cidade. Entretanto, a ampla difusão do termo ocorreu a partir de sua adoção no relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a estrutura produtiva e do emprego no Quênia no início dos anos setenta (ILO, 1972). Realizado no âmbito do Programa Mundial de Emprego, um dos propósitos do relatório era responder às questões suscitadas pelas teorias da modernização, as quais argumentavam que o segmento moderno da economia absorveria o setor tradicional tal “como a locomotiva fez com o carrinho de mão” (HUGON, 1997, p. 33). Na contramão da referida teoria, as pesquisas levadas a cabo pela OIT demonstravam uma clara coexistência de tecnologias e de unidades de produção em escalas e modos de organização distintos.

A incorporação do conceito na América Latina foi profundamente influenciada pelos estudos promovidos pela CEPAL. Nesse contexto, o setor informal é compreendido “como resultado de la presión ejercida por el excedente de oferta de mano de obra y la insuficiente creación de empleo, en particular de buenos empleos.” (TOKMAN, 2011, p. 18). Na síntese de Tokman e Souza (1976), as pessoas são impelidas a encontrar ou criar atividades, em geral, vendendo ou produzindo mercadorias com pouco valor agregado e obtendo por meio delas baixíssimos rendimentos, o necessário para garantirem sua sobrevivência.

Até o final da década de 1970 e ao longo dos 1980, algumas interpretações adquirem maior difusão ao vincularem o setor informal às necessidades de aumentar as margens de lucro das grandes empresas. Isso foi obtido, sobretudo, pela descentralização da produção e do trabalho. Desse modo, as formas de subcontratação produziram uma gama de relações subordinadas – desde os subcontratos diretos às atividades supostamente desenvolvidas de forma autônoma –, mas que, na prática, cumprem o papel fundamental de reduzir o custo da mão-de-obra. Essas novas formas de vinculação entre as empresas formais e informais é resultado da necessidade de descentralizar a produção a fim de adequarem-se às mudanças no interior da divisão internacional do trabalho e às exigências de um mundo cada vez mais globalizado:

The cash economy is expanding in the microeconomic realm, while barter is becoming a crucial feature of international exchange. New legions of would-be workers are entering a casual labor market, where a new breed of entrepreneurship is on the make. The informal economy simultaneously encompasses flexibility and exploitation, productivity and abuse, aggressive entrepreneurs and defenseless workers, libertarianism and greediness. And, above all, there is disenfranchisement of the institutionalized power conquered by labor, with much suffering, in a two-century-old struggle. (PORTES; CASTELLS; BENTON, 1989, p. 11).

Nestes termos, percebe-se como o setor informal representa uma dupla função:

a deterioração do poder sindical por parte dos trabalhadores e a redução de custos por parte das empresas. Também lhe é conferido um caráter mais universal, pois a literatura compreende que esse “setor” existe tanto no interior dos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, além de facilitar a penetração nos mercados internacionais mediante “el desarrollo de ventajas comparativas espúrias” (TOKMAN, 2011, p. 19)¹. Também nos anos 1980, outra interpretação adquiriu certa notoriedade ao apontar que a informalidade é, principalmente, resultado do excesso de regulamentação estatal. De Soto (1987) analisa as mudanças das cidades peruanas a partir da história do movimento de migração ocorrido no interior do país. Seu objetivo central é demonstrar que o motor da modernização não é a formalização das atividades informais, e sim, a criação de pequenos e médios negócios. A formalização, pelo contrário, restringiria a expansão produtiva das atividades informais inibindo o potencial empreendedor dos indivíduos.

Segundo o autor, a migração de grupos que foram historicamente isolados inverteu o predomínio rural da população em favor dos centros urbanos. Esse deslocamento, fruto dos investimentos em infraestrutura e mobilidade urbana e aumento da probabilidade de obtenção de melhor remuneração nas cidades – apesar dos riscos relativos de desemprego – sugere que a migração não é um ato irracional ou instintivo, mas um produto da observação racional das possibilidades ofertadas aos camponeses. Contudo, ao chegarem às cidades, os migrantes encontram uma recepção hostil, pois os programas de assistência e desenvolvimento eram basicamente voltados ao progresso do camponês em seu próprio território. Ocorre que tais programas foram criados com o objetivo de satisfazer as necessidades e apoiar as prerrogativas de certos grupos predominantes das cidades e, lateralmente, isolar geograficamente os camponeses no âmbito rural dificultando a obtenção, pelas vias legais, de habitação, educação e, especialmente, trabalho. Foi dessa maneira que, para subsistir, os migrantes se converteram em informais. Nesses termos, a informalidade configura-se como uma “zona de penumbra que tem uma extensa fronteira com o mundo legal e onde os indivíduos se refugiam quando os tributos para cumprir as leis excedem os seus benefícios” (DE SOTO, 1987, p. 46). Por tributos entende-se a morosidade da burocracia e os altos custos envolvidos para a formalização.

Embora a argumentação desenvolvida pelo autor seja astuta, sua principal fraqueza consiste em reduzir a complexidade da problemática em questão para apenas um elemento: o excesso de Estado. Ou nas palavras de Llosa: “El problema no es la economía informal sino el Estado. Aquella es, mas bien, una respuesta popular espontanea y creativa ante la incapacidad estatal para satisfacer las aspiraciones

¹ Por força dos limites do presente texto, não podemos nos aprofundar nos debates posteriores, em especial, a adoção pela OIT do conceito de economia informal, mais condizente com as novas dinâmicas do mercado de trabalho identificada em diferentes partes do mundo; e, particularmente, os esforços de reelaboração conceitual do termo, a saber, Processo de Informalidade e “nova informalidade, as fronteiras porosas entre o formal/informal, legal/ilegal e o ilícito e a proposta que trata a informalidade como uma forma social do trabalho. Sobre os esforços mencionados, conferir (PERES, 2015a, 2015b).

mas elementales de los pobres.” (1986, p. 20). Como resume Barbosa (2009), desde o começo “a solução do enredo já se sabe de antemão. O supostamente ilegal deve substituir o falso legal, de forma a que o informal preencha o lugar do formal.” (idem, p. 26). Na crítica de Gonzáles (1991), o modelo proposto trata as atividades informais como expressão de um suposto espírito empresarial impedido de se realizar plenamente por conta do intervencionismo estatal:

A partir de esta premissa De Soto elabora su sugerente y explícito programa de introducir a los informales como el renglón estratégico de ese “empresariado difundido” que sería la base del desarrollo Latinoamericano. Subyaciendo a su propuesta encontramos otro programa que no aparece explícitamente pero que él comparte con toda la nueva derecha. “El programa no escrito de la nueva derecha – dice Lauer – incluye la exigencia de que se reconozca que la esencia de la naturaleza humana es el egoísmo individualista, que los sectores menos humanistas de la burguesía llaman ‘libertad’ en abstracto”. Subyaciendo, pues, encontramos la tesis del individualismo posesivo como la base de su “otro” Sendero. (GONZÁLES, 1991, p. 247).

O cerne da proposta de De Soto e do Instituto Libertad y Democracia (ILD), do qual era o principal expoente, não poderia ser diferente: transformar radicalmente o Estado, diminuir seu peso na economia para libertar as forças criativas e dinâmicas da sociedade peruana. Impossível não situar o estudo empreendido como uma solução que se adequava perfeitamente aos interesses das organizações internacionais e elites econômicas latino-americanas: “em uma palavra, o informal passava agora a ser funcional também ideologicamente.” (BARBOSA, 2009, p. 27).

3 | EMPREENDEDORISMO: VEREDAS

Guardadas as devidas proporções, não seria exagero afirmar que o conceito de empreendedorismo nasce, emerge e se difunde contendo fortemente um componente ideológico em seu interior. É sob sua batuta conceitual que o capitalismo encontra a justificativa ideológica a reger instituições e grupos políticos para a promoção do empreendedorismo em países, regiões, cidades, bairros, ou mesmo políticas públicas focadas em grupos sociais específicos.

Credita-se à Schumpeter (1961 [1942]), economista e cientista político austríaco, a difusão do termo empreendedor. Elemento chave em sua teoria, ao “inserir novas mercadorias ou novos métodos de produção ou ainda novas oportunidades comerciais” (idem, p. 54) o empreendedor gera certos desequilíbrios nos mercados com sua inovação que, ao se restabelecerem-se, promovem o crescimento econômico de um determinado país. Esta é a linha de raciocínio do conceito de “destruição criadora” (idem, p. 108) proposto pelo autor, a qual forneceu as bases fundamentais para um novo horizonte de pesquisas sobre empreendedorismo e, mais importante, sua relação positiva com o crescimento econômico.

Não há exatamente uma definição rigorosa do conceito de empreendedorismo. Diferentes áreas do conhecimento (direito, economia, psicologia, administração, sociologia, entre outras) detiveram-se sobre o tema, cujo resultado é uma infinidade de interpretações baseadas em múltiplas definições e construídas sob orientações teóricas distintas. Ahmad e Seymour (2008) elaboraram um quadro explicativo contendo um breve resumo de alguns dos principais autores (TABELA 1). Mais recentemente, para Carton, Hofer e Meeks, o empreendedorismo é “the pursuit of a discontinuous opportunity involving the creation of an organization (or sub-organization) with the expectation of value creation to the participants (1998, p. 11). Sarkar (2007) vai ainda mais longe e associa empreendedorismo com um processo de identificação, desenvolvimento e captação de uma ideia para a vida, tornando sua definição ainda mais vaga.

Além das definições supramencionadas, o empreendedorismo pode vir acompanhado de qualificativos, direcionando a argumentação para a existência de diferentes tipos de empreendedorismo. Como bem exemplifica Gomes (2013), há o empreendedorismo por necessidade, oportunidade, ético, eletrônico, familiar, comunitário, na terceira idade e nos jovens. De fato, não há uma definição consensual.

Entretanto, há uma avaliação geral sobre a dificuldade de compreender o papel do empreendedorismo no crescimento econômico dos países, seja pela, digamos, inconveniência de lidar com as múltiplas definições do termo, seja pela carência de dados compatíveis que permitam fornecer uma base consistente para comparações entre países. Diferentes instituições detiveram-se a, por um lado, suprir essa insuficiência teórica, e por outro, promover as ideias em torno do empreendedorismo”. Entre as mais conhecidas estão a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), International Business and Entrepreneurship (IBE), o World Bank Group Entrepreneurship Survey (WBGES), Comparative Entrepreneurship Data for International Analysis (COMPENDIA) e o Global Entrepreneurship Monitor (GEM). No Brasil, há importantes instituições promotoras do empreendedorismo. Entre elas estão: a ENDEAVOR Brasil ; o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ), que realiza anualmente a pesquisa do GEM no território brasileiro desde os anos 2000 ; o Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas (FGVcenn) ; entre outras. Entretanto, cabe ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) o papel de principal instituição brasileira a promover o empreendedorismo no Brasil.

Mesmo mediante todos os esforços de instituições e organismos internacionais, como bem aponta, Salgado-Banda (2005), na ausência de medidas realmente eficazes para quantificar o empreendedorismo, sua relação com o crescimento econômico de uma região ou país encontram-se melhor fundamentados teoricamente do que demonstrado empiricamente. De acordo com a OCDE, a dificuldade na quantificação do empreendedorismo advém da ausência de consenso sobre a identificação de um conjunto de indicadores consistentes e funcionais. Para Gomes, os estudos empíricos confirmam os benefícios do empreendedorismo, entretanto, “muitas vezes,

os resultados são pouco robustos e conclusivos quanto à dimensão do impacto e aos mecanismos que mais afetam as variáveis da economia real” (2013, p.187). Vejamos dois exemplos.

Stel, Carree, e Thurik investigam, a partir dos dados de trinta e seis países fornecidos pelo GEM, se a atividade empresarial total (TEA) influencia o crescimento do PIB. O resultado é intrigante, pois “we find that the TEA rate has a negative effect for the relatively poor countries while it has a positive effect for the relatively rich countries” (2005, p. 318). Nestes termos, os autores propõem duas interpretações, i) o número insuficiente de grandes empresas presente nos países pobres; ii) o baixo capital humano – representado pelos “‘marginal’ entrepreneurs (shopkeepers)” (idem, p.319) – se comparado aos empreendedores inovadores de países ditos mais desenvolvidos e ligados às áreas de tecnologia, por exemplo.

Seguindo raciocínio semelhante, Barros e Pereira (2008) propuseram-se a investigar os efeitos da atividade empreendedora no crescimento econômico e na taxa de desemprego a partir em 853 municípios de Minas Gerais. Obtiveram como resultado que quanto maior a atividade empreendedora do município, menor a taxa de desemprego. Entretanto, quanto maior a atividade empreendedora, nos anos 2000, verificou-se um menor crescimento do PIB nos três anos seguintes. A interpretação dos autores sugere que isso ocorre porque o tipo de empreendedorismo predominante é o empreendimento por necessidade.

[...] quando a economia local é dinamizada pela instalação ou expansão de empresas de maior porte, a taxa de atividade empreendedora cai, porque os trabalhadores por conta-própria conseguem empregos de maior produtividade e rendimento nessas empresas. [...]. Ao contrário do empreendedor inovador que fareja uma oportunidade de negócio, o empreendedor por necessidade pouco contribui para o dinamismo da economia local. Obviamente que sua atividade, mesmo quando de baixa produtividade e renda, constitui uma ocupação alternativa ao desemprego. (idem, p.983-989).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É digno de nota o poder de persuasão que o tema do empreendedorismo suscita em grupos políticos das mais diferentes orientações, institutos de pesquisa e intelectuais, entidades públicas e privadas. Em certa medida, parecem orientados por uma “ética da convicção” (WEBER, 2004, p.113), que os conforma sem pestanejar às máximas e jargões das bussiness schools. Jornais, revistas, entrevistas propagandeiam os “casos de sucesso” do empreendedorismo no Brasil e no mundo, instruem passo a passo os procedimentos legais para obtenção do registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), apregoam que o problema para o empreendedorismo é o excesso de Estado na economia, a alta carga tributária, direitos trabalhistas ultrapassados e o baixo grau de escolaridade dos brasileiros se comparado aos índices dos países ditos centrais. Nas redes sociais digitais proliferam associações profissionais, convites,

seminários, conferências e workshops, cursos motivacionais online e presenciais, cartilhas institucionais, blogs pessoais sobre a criação e manutenção de empresas e os benefícios de ser seu próprio chefe. Nas livrarias, biografias enfatizam as qualidades dos grandes empreendedores, o que fizeram para superar seus desafios e continuar “vencendo na vida”.

Se admitirmos uma problemática como um conjunto de fenômenos, agrupados por força teórica, cujo conteúdo em comum é resistente à mudança, embora sua forma (de cada fenômeno ou do conjunto em geral) renove-se constantemente, podemos identificar a distorção conceitual entre informalidade e empreendedorismo como uma renovação em torno da problemática da incapacidade da estrutura socioeconômica em incorporar a todos em posições dignas e plena de direitos. Conseqüentemente, essa distorção i) fornece novas lentes para enxergar retrospectivamente nosso passado ao imputar um suposto “espírito” capitalista original aos trabalhadores pobres e marginalizados que buscavam obter meios de vida em uma ordem social e econômica mercantilizada; ii) justifica nosso presente, ao associar empreendedorismo e desenvolvimento econômico e fazer da trajetória típica de inserção ocupacional marcada pela díade vulnerabilidade e precariedade uma trajetória positiva; iii) limita nosso futuro, produzindo consenso em torno da necessidade de medidas liberalizantes ao persuadir o imaginário social que dentre os obstáculos ao empreendedorismo estão a alta carga tributária, taxa de juros elevada, necessidade de “modernização” das leis trabalhistas, eufemismos para o jargão “excesso de Estado na economia”.

REFERÊNCIAS

AHMAD, N.; SEYMOUR, R. **Defining Entrepreneurial Activity: Definitions Supporting Frameworks for Data Collection**. The University of Sydney, Australia. 2008.

BARBOSA, A. F. **O conceito de Trabalho Informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho**. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 105-159.

_____. **De “Setor” para “Economia” Informal (O debate das últimas três décadas)**. In: SEMINÁRIO A AVENTURA DE UM CONCEITO, 2009, São Paulo. *De “Setor” para “Economia Informal”: Aventuras e Desventuras de um Conceito*. São Paulo: USP, 2009, p. 1-40. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/texto_sem_2009_barbosa.pdf>.

BARROS, A.; PEREIRA, C.; **Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica**. RAC, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, Out./Dez. 2008

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

CARDOSO, A. **Informality and public policies to overcome it. The case of Brazil**. Revista Sociologia & Antropologia. V.06, n.02. Maio/agosto. 2016. p. 322-349. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2016/09/2_Sociologiaantropologia_ano6v06n02_AdalbertoCardoso.pdf>

- CARTON, R.; HOFER, C.; MEEKS, M. **The entrepreneur and Entrepreneurship: Definition of their Role in the Society**. Georgia University. 1998.
- DE SOTO, H. **Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- GOMES, S. **Empreendedorismo e crescimento econômico na OCDE**. Tese de doutorado. Universidade de Santiago de Compostela. 2013. p. 353.
- GONZÁLEZ, C. G. R. **El “otro” sendero: los presupuestos teóricos de Hernando De Soto**. *Realidad económico-social*, n. 19-24, p. 227-254, 1991. Disponível em: <<http://www.uca.edu.sv/revistarealidad/archivo/4e737b4d46ec3elotrosendero.pdf>>.
- HART, K. **Informal income opportunities and urban employment in Ghana**. *Journal of Modern African Studies*, Cambridge University Press, v. 3, n. 11, p. 61-89, 1973.
- HUGON, P. **O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 32-63, 1997.
- INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. **Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya**. Geneva: ILO, 1972. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1972/72B09_608_engl.pdf>.
- PERES, T. B. **Informalidade: Um conceito em busca de uma teoria**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015a.
- _____. **Informalidade: Um conceito em busca de uma teoria**. *Revista da ABET*, v. 14, n. 2. Julho a Dezembro de 2015.
- PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L.A. **The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.
- SALGADO-BANDA, H. **Entrepreneurship and Economic Growth: An Empirical Analysis**. *Dirección de Estudios Económicos*, Banco de México. 2005.
- SARKAR, S. **Empreendedorismo e Inovação**. Lisboa: Escolar Editora. 2007.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editora Fundo de Cultura. 1961.
- STEL, A.; van CARRE, M.; THURIK, R. **The effect of entrepreneurial activity on national economic growth**. *Small Business Economics*, Vol. 24, No. 3. Global Entrepreneurship Monitor (GEM). 2005. p. 311-32. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/40229425>>.
- SWEDBERG, R. **ENTREPRENEURSHIP. The social scient view of**. Oxford, 2000.
- TOKMAN, V. **Informalidad en América Latina: Balance y perspectivas de políticas**. *Revista Internacional de Estadística y Geografía*, México, v. 2, n.3, p. 16-31, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.inegi.org.mx/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/especiales/revist-inter/Revista%20Digital%204/Doctos/RDE_04_Art02.pdf>.
- WEBER, M. **Ciência e Política. Duas vocações**. Editora Cultrix. 2004.

A Superficial Review of Extant Definitions

The essential act of entrepreneurship is new entry. New entry can be accomplished by entering new or established markets with new or existing goods or services. New entry is the act of launching a new venture, either by a start-up firm, through an existing firm, or via 'internal corporate venturing'. **(Lumpkin & Dess, 1996)**

The field of entrepreneurship involves the study of sources of opportunities; the processes of discovery, evaluation, and exploitation of opportunities; and the set of individuals who discover, evaluate, and exploit them.

(Shane & Venkataraman, 2000)

Entrepreneurship is a context dependent social process through which individuals and teams create wealth by bringing together unique packages of resources to exploit marketplace opportunities. **(Ireland, Hitt, & Sirmon, 2003)**

Entrepreneurship is the mindset and process to create and develop economic activity by blending risk-taking, creativity and/or innovation with sound management, within a new or an existing organization. **(Commission of the European Communities, 2003)**

Entrepreneurs buy at certain prices in the present and sell at uncertain prices in the future. The entrepreneur is a bearer of uncertainty. **(Cantillon, 1755/1931)**

Entrepreneurs are 'pro-jectors'. **(Defoe, 1887/2001)**

Entrepreneurs attempt to predict and act upon change within markets. The entrepreneur bears the uncertainty of market dynamics. **(Knight, 1921, 1942)**

The entrepreneur is the person who maintains immunity from control of rational bureaucratic knowledge. **(Weber, 1947)**

The entrepreneur is the innovator who implements change within markets through the carrying out of new combinations. These can take several forms:

- the introduction of a new good or quality thereof,
- the introduction of a new method of production,
- the opening of a new market,
- the conquest of a new source of supply of new materials or parts, and
- the carrying out of the new organization of any industry. **(Schumpeter, 1934)**

The entrepreneur is always a speculator. He deals with the uncertain conditions of the future. His success or failure depends on the correctness of his anticipation of uncertain events. If he fails in his understanding of things to come he is doomed... **(von Mises, 1949/1996)**

The entrepreneur is co-ordinator and arbitrageur. **(Walras, 1954)**

Entrepreneurial activity involves identifying opportunities within the economic system. **(Penrose, 1959/1980)**

The entrepreneur recognizes and acts upon profit opportunities, essentially an arbitrageur. **(Kirzner, 1973)**

Entrepreneurship is the act of innovation involving endowing existing resources with new wealth-producing capacity. **(Drucker, 1985)**

TABELA 1

Extraído de AHMAD, N.; SEYMOUR, R. *Defining Entrepreneurial Activity: Definitions Supporting Frameworks for Data Collection*. The University of Sydney, Australia. 2008.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

